



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 199/XIII/ 4.ª SL

Aos 13 dias do mês de março de 2019, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I Parte

Audição do Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, na sequência de requerimentos apresentados pelo GP do PCP sobre trabalhadora corticeira e Ryanair.

II Parte

1. **Distribuição de iniciativas legislativas - designação de Deputado autor de parecer e deliberação da submissão a apreciação pública ou de eventuais consultas a realizar:**
 - **Projeto de Lei n.º 1143/XIII/4.ª (BE) - Valorizações Remuneratórias dos Docentes do Ensino Superior**
Deputado autor do parecer: GP do PSD

2. **Apreciação e votação do relatório sobre a COM(2019)53 final - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece medidas de contingência no domínio da coordenação da segurança social na sequência da saída do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte da União Europeia (a remeter à CAE até dia 13 de março)**
Relatora: Deputada Sandra Pereira (PSD)

3. **Discussão e votação na especialidade das iniciativas legislativas sobre acolhimento familiar [Projetos de Lei n.ºs 873/XIII/3.ª (PS) - Altera o Decreto-Lei n.º 11/2008, de 17 de janeiro, que aprova o Regime de Execução do Acolhimento Familiar; 913/XIII/3.ª (PSD) - Altera o Decreto-Lei n.º 11/2008, de 17 de janeiro, que aprova o Regime de Execução do Acolhimento Familiar; 1012/XIII/4.ª (PAN) - Procede à alteração do Regime de Execução do Acolhimento Familiar, reforçando o acolhimento familiar, promovendo uma política efectiva de desinstitucionalização de crianças e jovens; e 1018/XIII/4.ª (CDS-PP) -**

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 199/XIII/ 4.^a SL

1.^a Alteração ao Decreto-Lei n.º 11/2008, de 17 de janeiro, que aprova o Regime de Execução do Acolhimento Familiar, de modo a criar novos direitos nas famílias de acolhimento];

4. Apreciação e votação de relatórios finais de petições:

- 113/XIII/1.^a, da iniciativa da Ordem dos Médicos - Pelo direito à redução do horário de trabalho, para acompanhamento de filhos até aos 3 anos de idade, em duas horas diárias, por parte de um dos progenitores e 479/XIII/3.^a, da iniciativa de Ana Carina Martins Colaço - Solicita alteração legislativa para que o custo com o direito à amamentação seja suportado pela Segurança Social em vez da entidade patronal

Deputada relatora: Sónia Fertuzinhos (PS).

5. Apreciação e votação de pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:

- Projetos de Lei n.ºs 824/XIII/3.^a (PCP) - Eliminação da aplicação do fator de sustentabilidade às pensões por desemprego involuntário de longa duração e prevê a revisão dos regimes e medidas especiais de antecipação da idade de acesso à pensão de velhice; 825/XIII/3.^a (PCP) - Revoga o fator de sustentabilidade e repõe a idade legal de reforma aos 65 anos; e 826/XIII/3.^a (PCP) - Eliminação de penalizações a trabalhadores que já tenham acedido à pensão antecipada.

Autora do parecer: Deputada Maria das Mercês Borges (PSD);

- Projetos de Lei n.ºs 827/XIII/3.^a (PCP) - Valoriza as longas carreiras contributivas, garantindo o acesso à pensão sem penalizações e independentemente da idade, aos trabalhadores que completem 40 anos de descontos; 1136/XIII/4.^a (BE) - Repõe a idade de reforma nos 65 anos e consagra a redução personalizada da idade da reforma para trabalhadores com 40 anos de descontos ou mais (décima primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de maio); 1137/XIII/4.^a (BE) - Cria um complemento extraordinário para compensar os pensionistas com longas carreiras contributivas dos cortes resultantes da aplicação do

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 199/XIII/ 4.^a SL

fator de sustentabilidade entre 2014 e 2019 e 1138/XIII/4.^a (BE) - Eliminação do fator de sustentabilidade das pensões requeridas ao abrigo dos regimes especiais de acesso a pensões de invalidez e velhice, do regime de antecipação da pensão de velhice, nomeadamente nas situações de desemprego involuntário de longa duração e reposição da idade legal de reforma nos 65 anos

Autora do parecer: Deputada Catarina Marcelino (PS);

- Projeto de Lei n.º 911/XIII/3.^a (PEV) - Elimina o fator de sustentabilidade e procede à reposição da idade legal de reforma aos 65 anos e Projeto de Lei n.º 916/XIII/3.^a (PEV) - Remove as penalizações aplicadas a trabalhadores que já tenham acedido à pensão antecipada

Autora do parecer: Deputada Maria das Mercês Borges (PSD);

- Projeto de Lei n.º 1088/XIII/4.^a (BE) - Cria e Regula a Carreira de Técnico Auxiliar de Saúde

Autora do parecer: Deputada Joana Barata Lopes (PSD);

6. **Apreciação do Programa da Visita de Trabalho à Região Autónoma dos Açores;**

7. **Outros assuntos.**

I Parte

Audição do Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, na sequência de requerimentos apresentados pelo GP do PCP sobre trabalhadora corticeira e Ryanair.

O Senhor Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social, Deputado Feliciano Barreiras Duarte (PSD), que presidiu à reunião, deu as boas vindas ao Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e ao Senhor Secretário de Estado do Emprego, enquadrando as duas audições e deu a palavra à Deputada Rita Rato (PCP) para proceder à apresentação do primeiro requerimento sobre a situação dos tripulantes portugueses na [Ryanair](#). Após a intervenção inicial do



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 199/XIII/ 4.ª SL

Senhor Ministro, intervieram os Deputados Carla Barros (PSD), Sofia Araújo (PS), Isabel Pires (BE), António Carlos Monteiro (CDS-PP) e Rita Rato(PCP). O Senhor Ministro interveio a final, respondendo às questões colocadas.

Seguiu-se a apresentação do segundo requerimento, sobre o despedimento ilegal de uma trabalhadora da [corticeira](#) Fernando Couto Cortiças, S.A., também pela Deputada Rita Rato (PCP). Interveio de novo o Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, após o que usaram da palavra os seguintes Deputados: Susana Lamas (PSD), Carla Tavares (PS), José Moura Soeiro (BE), António Carlos Monteiro (CDS-PP) e Rita Rato (PCP). A final, interveio o Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, após o que o Senhor Presidente deu por concluídas as audições.

A primeira parte da reunião foi gravada em suporte [vídeo](#), dispensando-se o seu desenvolvimento nesta sede.

II Parte

1. **Distribuição de iniciativas legislativas - designação de Deputado autor de parecer e deliberação da submissão a apreciação pública ou de eventuais consultas a realizar:**
 - **Projeto de Lei n.º 1143/XIII/4.ª (BE) - Valorizações Remuneratórias dos Docentes do Ensino Superior**
Deputado autor do parecer: GP do PSD

Foi deliberado por consenso proceder à redistribuição do projeto de lei à Comissão de Educação e Ciência, por estar em causa matéria da sua competência.

2. **Apreciação e votação do relatório sobre a COM(2019)53 final - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece medidas de contingência no domínio da coordenação da segurança social na sequência da saída do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte da União Europeia (a remeter à CAE até dia 13 de março)**
Relatora: Deputada Sandra Pereira (PSD)



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 199/XIII/ 4.ª SL

A Deputada Clara Marques Mendes (PSD) solicitou o adiamento daquele ponto para a reunião da semana seguinte, não sem antes se ter certificado de que tal era possível em termos de prazo.

3. **Discussão e votação na especialidade das iniciativas legislativas sobre acolhimento familiar [Projetos de Lei n.ºs 873/XIII/3.ª (PS) - Altera o Decreto-Lei n.º 11/2008, de 17 de janeiro, que aprova o Regime de Execução do Acolhimento Familiar; 913/XIII/3.ª (PSD) - Altera o Decreto-Lei n.º 11/2008, de 17 de janeiro, que aprova o Regime de Execução do Acolhimento Familiar; 1012/XIII/4.ª (PAN) - Proceda à alteração do Regime de Execução do Acolhimento Familiar, reforçando o acolhimento familiar, promovendo uma política efectiva de desinstitucionalização de crianças e jovens; e 1018/XIII/4.ª (CDS-PP) - 1.ª Alteração ao Decreto-Lei n.º 11/2008, de 17 de janeiro, que aprova o Regime de Execução do Acolhimento Familiar, de modo a criar novos direitos nas famílias de acolhimento];**

Por haver consenso, este ponto ficou adiado por uma semana.

4. **Apreciação e votação de relatórios finais de petições:**

- 113/XIII/1.ª, da iniciativa da Ordem dos Médicos - Pelo direito à redução do horário de trabalho, para acompanhamento de filhos até aos 3 anos de idade, em duas horas diárias, por parte de um dos progenitores e 479/XIII/3.ª, da iniciativa de Ana Carina Martins Colaço - Solicita alteração legislativa para que o custo com o direito à amamentação seja suportado pela Segurança Social em vez da entidade patronal

Deputada relatora: Sónia Fertuzinhos (PS).

A Deputada Sónia Fertuzinhos (PS) fez a apresentação do relatório final das petições identificadas, o qual, submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

5. **Apreciação e votação de pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:**

- **Projetos de Lei n.ºs 824/XIII/3.ª (PCP) - Eliminação da aplicação do fator de sustentabilidade às pensões por desemprego involuntário de longa duração e prevê a revisão dos regimes e**

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 199/XIII/ 4.^a SL

medidas especiais de antecipação da idade de acesso à pensão de velhice; 825/XIII/3.^a (PCP) - Revoga o fator de sustentabilidade e repõe a idade legal de reforma aos 65 anos; e 826/XIII/3.^a (PCP) - Eliminação de penalizações a trabalhadores que já tenham acedido à pensão antecipada.

Autora do parecer: Deputada Maria das Mercês Borges (PSD);

- **Projetos de Lei n.ºs 827/XIII/3.^a (PCP) - Valoriza as longas carreiras contributivas, garantindo o acesso à pensão sem penalizações e independentemente da idade, aos trabalhadores que completem 40 anos de descontos; 1136/XIII/4.^a (BE) - Repõe a idade de reforma nos 65 anos e consagra a redução personalizada da idade da reforma para trabalhadores com 40 anos de descontos ou mais (décima primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de maio); 1137/XIII/4.^a (BE) - Cria um complemento extraordinário para compensar os pensionistas com longas carreiras contributivas dos cortes resultantes da aplicação do fator de sustentabilidade entre 2014 e 2019, e 1138/XIII/4.^a (BE) - Eliminação do fator de sustentabilidade das pensões requeridas ao abrigo dos regimes especiais de acesso a pensões de invalidez e velhice, do regime de antecipação da pensão de velhice, nomeadamente nas situações de desemprego involuntário de longa duração e reposição da idade legal de reforma nos 65 anos**

Autora do parecer: Deputada Catarina Marcelino (PS);

- **Projeto de Lei n.º 911/XIII/3.^a (PEV) - Elimina o fator de sustentabilidade e procede à reposição da idade legal de reforma aos 65 anos e Projeto de Lei n.º 916/XIII/3.^a (PEV) - Remove as penalizações aplicadas a trabalhadores que já tenham acedido à pensão antecipada**

Autora do parecer: Deputada Maria das Mercês Borges (PSD);

O Senhor Presidente pôs à consideração da Comissão o facto de os pareceres de algumas daquelas iniciativas não estarem em condições de serem apreciados, por inexistência de nota técnica. Foi então consensualizada a realização de uma reunião no dia seguinte, após Plenário, para esse efeito.

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 199/XIII/ 4.ª SL

- **Projeto de Lei n.º 1088/XIII/4.ª (BE) - Cria e Regula a Carreira de Técnico Auxiliar de Saúde**

Autora do parecer: Deputada Joana Barata Lopes (PSD);

A Deputada Joana Barata Lopes (PSD) apresentou o parecer relativo ao projeto de lei supra identificado. Submetidas à votação as partes I (Considerandos) e III (Conclusões), foram as mesmas aprovadas por unanimidade.

6. Apreciação do Programa da Visita de Trabalho à Região Autónoma dos Açores;

O Senhor Presidente informou que até sexta-feira será remetida informação a respeito desta visita de trabalho para os Deputados procederem à respetiva inscrição.

7. Outros assuntos.

O Senhor Presidente recordou que a próxima reunião realizar-se-ia no dia seguinte, após Plenário.

A segunda parte da reunião foi gravada em suporte [áudio](#), pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

A reunião foi encerrada às 12:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 28 maio 2019.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



Feliciano Barreiras Duarte



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 199/XIII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
António Carlos Monteiro
Carla Barros
Carla Tavares
Clara Marques Mendes
Feliciano Barreiras Duarte
Filipe Anacoreta Correia
Isabel Pires
Joana Barata Lopes
Joaquim Raposo
José Moura Soeiro
José Rui Cruz
Maria das Mercês Borges
Ricardo Bexiga
Rita Rato
Rui Riso
Sandra Pereira
Sofia Araújo
Susana Lamas
Tiago Barbosa Ribeiro
Wanda Guimarães
Álvaro Batista
Francisco Rocha
Helga Correia
Maria Conceição Loureiro
Maria da Luz Rosinha
Sónia Fertuzinhos

Faltou o seguinte Senhor Deputado:

Luís Soares

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar o seguinte Senhor Deputado:

Pedro Roque